

Gustavo de Fraga | Pensamento e Obra

Edição conjunta de:

MIL: MOVIMENTO INTERNACIONAL LUSÓFONO
www.movimentolusofono.org
Palácio da Independência, Largo de São Domingos, n.º 11
1150-320 LISBOA

e

DG Edições
Av. D. Pedro V, 15 - 5.º Esq.º
2795-151 Linda-a-Velha

Composição e maquetagem: DG edições

Impressão e acabamento: VASP DPS

ISBN: 978-989-8661-93-7

Depósito Legal: 434204/17

Primeira edição: Novembro de 2017

Coordenação de:

Manuel Cândido Pimentel
Carlos E. Pacheco Amaral
Renato Epifânio

entanto, suficiente para mostrar que a resposta de Gustavo de Fraga aos problemas da nossa contemporaneidade não vai ao encontro das ideias que se polarizaram em torno de uma noção de subjetividade desgarrada do sagrado, a que opõe uma subjetividade afirmada na sua humildade, segundo a exigência incondicionada de um compromisso com um Deus pessoal.

Referências bibliográficas

- Fraga, Gustavo de (1965), *Sobre Heidegger*, Coimbra, Livraria Almedina;
— (1966) *De Husserl a Heidegger: Elementos para uma problemática da fenomenologia*, Coimbra, Universidade de Coimbra;
— (1972), *Fenomenologia e Dialéctica*, Coimbra, Universidade de Coimbra;
— (1977), *Fidelidade e Alienação*, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores;

Maria do Céu Fraga ANTERO DE QUENTAL E A LITERATURA PORTUGUESA CLÁSSICA

A bibliografia de Gustavo de Fraga confirma o que era notório no convívio: Antero de Quental foi uma presença recorrente da sua vida intelectual, sobretudo a partir da década de 80, embora a verdade seja que o poeta filósofo exerceu sobre ele um fascínio que vinha detrás, desde os tempos de escola e da casa paterna, como ele próprio recorda em várias ocasiões¹. Lembra, por exemplo, que foi sobre Antero a primeira apresentação pública de um trabalho seu e que o poeta filósofo constituiu motivo de aproximação a personalidades do meio universitário e intelectual dos Açores, do continente e mesmo do estrangeiro. E, resumida, a imagem de integridade que forma de Antero leva-o a evocá-lo nas aulas que deram origem a *Fidelidade e Alienação* como paradigma do homem que se, por um lado, não conseguiu superar a sua crise pessoal, por outro viveu uma vida nobre, no sentido orteguiano do termo.

E por isso, este texto, sem falar directamente da vida e da obra de Gustavo de Fraga, justifica-se apenas por ter sido ocasionado por interesses que o seu estudo e reflexão motivaram.

O poeta das *Odes Modernas* e dos *Sonetos* tem consciência muito clara de pertencer à terceira geração romântica, a «primeira em Portugal que saiu decididamente e conscientemente da velha estrada da tradição» (Quental, 1989b, p. 834). Ao mesmo tempo, porém, o espírito da sua época não o satisfaz. A comprová-lo, seria quase suficiente lembrar que com os quinhentistas, e com Camões em particular, Antero diz ter descoberto o soneto. No entanto, indo mais longe, torna-se mais claro o seu entendimento da poesia quando se vê como compreende a atracção que sobre ele exerce o espírito dos clássicos renascentistas e maneiristas.

¹ Por exemplo, na *Reflexão sobre Antero*, pp. 9-10.

Na reflexão de Antero, de uma forma explícita, talvez a presença de Camões seja sobretudo a do poeta épico. Através dele é possível compreender Portugal, ou melhor, analisar a história de Portugal e explicar a sua decadência, como fez Oliveira Martins: afinal, e de acordo com a sua época, ainda que com matizes diferentes dos que animavam, por exemplo, o positivismo interpretativo de Teófilo, Antero vê na literatura a mais fiel representação da sociedade que nela encontra «reflectida». Ao mesmo tempo, porém, não restringe a poesia, porque é também esse o seu entendimento da literatura, a uma função social mais imediata. No Camões lírico e na sua obra, de que fala em escritos diversos e em muitas cartas, geralmente de forma abreviada, encontra a expressão da verdade da poesia, da «grande Poesia» que perseguiu.

Procuraremos por isso ver como a sua cultura, os interesses pela literatura e uma sensibilidade que o faz sentir-se isolado no seu tempo, o levam a apreciar os poetas clássicos, privilegiando abertamente os quinhentistas – restringidos, por força da própria época e das edições disponíveis, a alguns nomes entre os quais avultava o de Camões, lírico e épico, e o de Sá de Miranda.

Há épocas em que determinados acontecimentos ou ideias parecem esparsos no ar, de tal forma se infiltram na cultura e no viver quotidiano das comunidades. Lê-se no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende, publicado em 1516, uma trova dirigida pelo Conde do Vimioso a Aires Teles sobre, diz a epígrafe, as «quedas que [dá]o ensino do latim». Nela, num tempo em que a cultura clássica era acolhida no ambiente do paço e se impunha na vida de cada um com a força da fatalidade, D. Francisco ironicamente lamenta a sorte do destinatário, que nasceu «em sino do latim» e, entregue ao estudo, não tem disponibilidade para nada mais.

Parafraseando D. Francisco de Portugal, diria que Antero de Quental viveu «sob o sino» (o signo, se se preferir, apesar de esta actualização apagar um possível jogo de palavras) de Luís de Camões e da celebração dos quinhentistas. O poeta maior da literatura portuguesa estava presente na vida portuguesa de oitocentos de uma forma declarada, política e culturalmente, quer a nível de

elites, quer a nível do cidadão comum, num movimento que se iniciara com a geração liberal-romântica e se foi acentuando até às últimas décadas do século.

Camões é uma presença conscientemente sentida por Antero, que o toma como motivo de reflexão, apaixonada por vezes, e traduzida em cartas e escritos de opinião – hesitamos em utilizar esta expressão, porque a verdade é que sobre *Os Lusíadas* escreveu algumas das suas páginas de maior significado literário e com repercussão na época. Não foi apenas com satisfação que o poeta açoriano viu alguns sonetos seus vertidos para alemão por Wilhelm Storck e incluídos na antologia *Hundert Alt portugiesische Lieder*: nas palavras que escreve ao tradutor no início de 1887 a agradecer o envio do livro (Quental, 1989b, p. 815), perpassa também um sentimento de honra por ser traduzido por quem antes apreciara, estudara e traduzira Camões².

Camões representou também, para o poeta e para o intelectual, um desafio constante e nunca encerrado. Aliás, di-lo, já em Junho de 1891, manifestando a Oliveira Martins o agrado com que leu a obra *Camões. Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*³: «Eu julgava compreender bem Camões, mas o seu livro veio dizer-me muita coisa nova e da melhor» (Quental, 1989b, p.1056).

O gosto de Antero pela poesia clássica portuguesa manifesta-se, desde logo, na sua livraria, hoje pertença da Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada, onde os livros de autores portugueses, sem atingirem proporções extraordinárias, não se limitam a Camões.

Quando planeia o seu regresso definitivo aos Açores, Antero de Quental, que já em 1881 reconhecia ser «um caturra solitário para quem [...] os livros são não só um mundo, mas todo

² Note-se que Antero explica que enviara os *Sonetos* a Storck «simplesmente como um testemunho daquela gratidão que todo o escritor português deve ao admirável intérprete alemão do nosso grande poeta lírico». No mesmo ano, Storck publicaria uma selecção de sonetos de Antero, introduzindo-a através da «Carta autobiográfica».

³ Trata-se de uma refundição, aperfeiçoada, de *Camões e a Renascença em Portugal*, publicada em 1872, que Antero saudara já pela originalidade e pela perspicácia da análise apresentada (Quental, 1872).

o mundo» (Quental, 1989a, p. 594), dispensa grande cuidado aos livros que expedirá, devidamente encaixotados, para Ponta Delgada. Ainda que outros factores possam ter pesado, a firme crença que depositava no papel da ilustração popular para a formação de uma sociedade mais justa, no que seria talvez influenciado por seu pai, liberal convicto que integrara o exército dos Bravos do Mindelo, seria suficiente para justificar a doação, que faz nos seus dois testamentos⁴, dos seus livros à Biblioteca Pública de Ponta Delgada, criada em 1841 e aberta ao público em 1846.

No «Prólogo» que escreveu para o *Catálogo da Livraria de Antero de Quental* com que a Biblioteca Pública de Ponta Delgada em 1991 celebrou o centenário do filósofo poeta, Gustavo de Fraga resume a história deste fundo da Biblioteca, e a dado passo sublinha que os títulos apresentados não terão constituído a totalidade da livraria, lembrando as muitas mudanças de residência do seu proprietário, bem como a última selecção a que D. Carolina faz referência no capítulo com que colabora no *In Memoriam*. Note-se que é comum entre os amigos o testemunho de que Antero era selectivo e não guardava livros que não lhe interessassem (Carolina Michaëlis diz mesmo que nem os que lhe eram oferecidos pelo autor encontravam lugar nas suas estantes, se o não cativassem). Consciente também de que, por outro lado, Antero lia muitos livros emprestados, Gustavo de Fraga não deixa no entanto de se interrogar sobre a ausência de algumas obras e autores cuja presença seria de facto expectável pela proximidade ou pela admiração que Antero por eles manifestou, e coloca hipóteses de explicação plausíveis, deixando-as naturalmente sem resposta conclusiva. Das suas palavras, interessa-nos sublinhar agora a observação de nos livros existentes «se apresenta[r] um aspecto curricular ligado à sua vocação polifacetada de poeta, filósofo e pensador sem compromisso profissional assumido que o coagisse a ler mais do que por ideal de instrução espontânea e livremente assumido» (Fraga, 1991, p.23).

⁴ Antero de Quental, como adiante se refere, redigiu um primeiro testamento ainda em Lisboa, a 11 de Junho de 1880 (cf. Carreiro, 1981, vol. II).

Nesse sentido, compreende-se a multiplicidade de interesses revelada na biblioteca, e que fica bem patente nas secções em que o Catálogo coerentemente se organiza e que vamos adoptar, restringindo as nossas observações ao campo da literatura. E se, de facto, não podemos tirar ilações sobre os que julgamos faltarem na biblioteca de um intelectual da época, podemos, isso sim, sublinhar a presença de alguns que resultam de uma selecção consciente do proprietário que pensava abandonar em definitivo o continente. No campo da literatura, os autores presentes são sobretudo poetas e críticos, nacionais e estrangeiros, a mostrar um gosto culturalmente educado e coerente, e, ao mesmo tempo, a confirmar que as opiniões que Antero expande não derivam apenas de uma leitura desprevenida, balançando sempre entre uma apurada sensibilidade literária e a exigência de significado cultural. Com efeito, os livros incluídos na secção da bibliografia crítica mostram-no a par da das exigências colocadas à constituição de uma história da literatura metodologicamente rigorosa («filosófica»), que, na sua opinião, começava também em Portugal a destronar a simples erudição.

Na literatura portuguesa, sobressai a presença da poesia popular de Cancioneiros e Romanceiros⁵ enquanto os contemporâneos são pouco numerosos, o que se explicará talvez pela própria circunstância de divulgação em revistas e talvez também pela falta de apreço pela literatura coeva (o que não justificaria a ausência de João de Deus...)⁶. Já os medievais e os clássicos se encontram num florilégio organizado por Teófilo Braga, a *Antologia Portu-*

⁵ *Cancioneiro Popular coligido da tradição*, por Teófilo Braga (1867), e também organizado por Teófilo, que após uma dedicatória a Antero, *Cantos Populares do Arquipélago dos Açores* (1869), *Floresta de Vários Romances – Cancioneiro e Romanceiro geral portuguez*, por Teófilo (1868), *Músicas e Canções Populares* colligidas da tradição por Adelino António das Neves e Mello, filho, (1872; na p. 66 apresenta uma quadra escrita por Antero); *Romanceiro* por Almeida Garrett, *Romanceiro do Algarve*, por Estácio da Veiga (1870); *Romanceiro da Madeira* (1880), por Álvaro Rodrigues de Azevedo; e *Romanceiro Geral coligido da tradição* por Teófilo, 1867.

⁶ Nas prateleiras das estantes, têm lugar apenas o *Frei Luís de Sousa* de Garrett, (4ª ed., 1869, vol. 5 das *Obras*) e as *Poesias* de Alexandre Herculano (2ª ed. 1860); da geração seguinte, as *Poesias* (3ª ed. 1866) de Soares dos Passos.

gueza: *trechos selectos coordenados sob a classificação dos géneros literários e precedidos de uma poética histórica portuguesa* (Porto, 1876), que em cerca de 300 páginas oferece uma perspectiva, necessariamente panorâmica, dos poetas dos séculos XII até Garrett. Entre os clássicos, os poetas portugueses do século XVI estão relativamente bem representados, sobretudo se tivermos em conta que à época não eram muitos os poetas quinhentistas que possuíam edição individualizada.

Encontram-se assim Diogo Bernardes e *O Lima*, em edição de 1761, e António Ferreira e os *Poemas Lusitanos*, na edição em dois volumes de 1771 (a segunda). Sá de Miranda, que à época era um poeta respeitadíssimo pela crítica portuguesa, que nele encontrava a coerência entre os princípios éticos advogados e a vida, apresenta-se na edição das *Obras* de 1784, em dois volumes. E a par dessa, lembrando que Antero não é um leitor desprevenido, nem descuidado a fidelidade filológica dos textos que lê, vê-se, num exemplar com dedicatória da autora ao poeta, a monumental edição das *Poesias* feita por D. Carolina Michaëlis, que, além de ter estabelecido o texto mirandino, apresenta, nas mais de mil páginas do volume, um estudo seu sobre o poeta, variantes, notas e um glossário.

Por isso, não será de admirar que as obras Camões existam em diversas edições, cada uma portadora de um significado e de uma beleza particulares. Assim, de *Os Lusíadas*, encontram-se dois exemplares: um da edição mais moderna em dois volumes, revista e prefaciada por Teófilo Braga, de 1881, e outro de 1875, reedição daquela que o Morgado de Mateus fizera publicar em Paris em 1817 e que, além de ter regressado ao texto de 1572, incluir gravuras preciosas e uma apresentação gráfica excelente, se revestia de um valor simbólico e patriótico fortíssimo.

Ao tomar conhecimento da publicação, no Porto, da poesia lírica de Camões em edição comemorativa do Tricentenário, Antero comunicou a Joaquim de Araújo o seu «empenho em possuir uma colecção completa das líricas», embora fazendo reservas quanto ao preço. (Quental, 1989a, p. 521). De facto, nas estantes

apresentam-se nos três volumes do *Parnaso* de aquisição certamente posterior à antologia que os ladeia, as *Poesias lyricas selectas*, publicada em 1876 pela V. de V. M., isto é a Viscondessa de Villa Maior, que se norteara na sua empresa pela ideia pragmática de colocar à disposição do leitor menos paciente, que não se dedia a joeirar, entre as centenas de poemas atribuídos a Camões, aqueles que realmente valeria a pena ler...

A verdade é que muitos dos versos que eram então atribuídos a Camões e aumentavam o volume das suas edições não terão sido escritos por ele. Com efeito, numerosos poetas do tempo, que foi literariamente muito rico, viam a sua obra confundida com a de Camões, e, por conseguinte, logo a partir do século XVI, os seus poemas, sendo-lhe atribuídos, eram publicados entre os do poeta maior, pelo que o volume de folhas ia crescendo nas sucessivas edições das *Rimas* enquanto o anonimato fazia esquecer os verdadeiros autores. Já no século XIX, na sequência da extinção das ordens religiosas pelo regime liberal, com a consequente incorporação das livrarias e arquivos conventuais nos bens do Estado e a sua distribuição por numerosas instituições culturais de entre as quais a Biblioteca Nacional foi a principal beneficiária⁷, tinham-se encontrado poemas desconhecidos e inéditos em manuscritos esquecidos dos séculos XVI e XVII. Por outro lado, em circuitos paralelos, o movimento alfarrabista teve um incremento importante na época. Seguindo uma tendência que Teófilo explicaria invocando um princípio de «simpatia social», os poemas que não desmereciam a fama de Camões foram-lhe *naturalmente* atribuídos⁸. Desse movimento é expoente máximo o Visconde de Juromenha, pesquisador incansável que levou a cabo uma monumental edição da obra ca-

⁷ Criado em 1834, o Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos, organismo criado para proceder à recolha, organização e distribuição dos bens conventuais, veio a fundir-se com a Biblioteca Nacional de Lisboa em 1841 (cf. Barata, 2005).

⁸ Lembremos apenas que, guiados por princípios metodológicos diferentes, Carolina Michaëlis e Teófilo Braga, em trabalho independente, confrontando e cruzando as informações providas de edições impressas, cancioneros e manuscritos diversos, enumeraram mais de 20 autores que viam as suas composições publicadas em sucessivas edições camonianas

moniana, mas que vê os seus méritos obscurecidos pelo entusiasmo acríptico com que o fez (e também, de uma forma mais obscura, pelos ideais sociais e políticos que o animavam).

À época abrandara a prudência crítica de Teófilo; e, sobretudo, o entusiasmo gerado pelas descobertas de Juromenha e consequente publicação da *Obra Completa* (1860-69) firmou-lhe a convicção de se que tornara enfim possível restaurar o perdido *Parnaso*, o manuscrito a que Diogo do Couto faz referência e em que, segundo a interpretação de Teófilo, o poeta teria reunido todos os seus poemas líricos. Em 1873-74, Teófilo organizou uma edição de *Obras Completas de Camões*, cujo terceiro volume, que reunia os poemas líricos, veio a ser acrescentado e publicado em 1880, tomando o simbólico título *Parnaso*. É um exemplar dessa edição comemorativa do Tricentenário que Antero possuía⁹.

Antero prezava os seus livros e não rabiscava muito nas margens. Contudo, dispersas nos três volumes do *Parnaso* encontram-se, certas e concisas, numerosas observações que mostram ter-lhes dedicado leitura atenta. São anotações que, de uma forma geral, pouco revelam do gosto ou da preferência por determinados poemas ou por algum efeito poético ou estilístico mais expressivo, e, embora aqui e além mostrem a familiaridade com o estilo e o tom camonianos, indicam sobretudo o conhecimento da crítica e do trabalho de apuramento de autorias que vinha a ser desenvolvido, nomeadamente por D. Carolina Michaëlis.

Muitas dessas anotações dizem respeito à discussão de autoria, resumida com a brevidade de um «é de ...» (é de Diogo Bernardes, de Baltasar Estação, de Francisco de Andrade, ...), ou «não é de Camões». Nota-se que Antero aceita a autoridade de D. Carolina, com quem aliás conviveu nos últimos anos em que morou em Vila do Conde; mas, aqui e além, saem-lhe comentários como, por exemplo, «é claro que não pode ser de Camões esta insignificantíssima composição», «esta sensaboria teológica cheira de mais ao século XVII para poder ser de Camões, nem é do

⁹ Os livros de Antero são o exemplar nº 81 da edição de bibliógrafos com a dedicatória de Ferreira de Brito (o editor) a Oliveira Martins.

estilo de Camões», «insulsíssimos versos», ou «oh incapacíssimos editores!», «pasma da ininteligência de Faria e Sousa e dos outros que o seguiram!»¹⁰.

Desde o princípio do século XIX, sob o impulso da sensibilidade e da percepção ideológica românticas, Camões ia ganhando os traços necessários para se tornar uma figura que agregasse a nação, consolidando a sua unidade identitária. A geração liberal-romântica acentuara um movimento que vinha já do século XVIII, e tomara plena expressão no campo literário: o cantor dos *Lusíadas* e da lírica convertia-se no símbolo de amor à pátria que as circunstâncias políticas tingiam de colorações diversas mas que em qualquer caso permitia a cada português a identificação sentimental com a sua comunidade. O processo procurava atingir uma dimensão cívica que não se confinaria à edição ou à criação artística e crítica.

Depois de várias outras tentativas goradas de celebração camoniana¹¹, ganhou verdadeira firmeza um projecto que constituiu uma das provas mais evidentes da popularidade que o épico desfrutava e do papel que se lhe atribuía: em 1854, numa época em que se tornara habitual a presença de estátuas no centro das principais praças urbanas europeias, vingou a ideia de edificar em Lisboa um monumento que celebrasse o poeta e o apresentasse à população no seu esplendor de paradigma cívico.

O projecto foi aprovado e tomou forma. Escolhida a praça, o Largo do Loreto (agora «de Camões»), abriu-se uma subscrição pública em Portugal e no Brasil; e a rapidez com que foi alcançada a verba necessária mostra bem o acolhimento dado à iniciativa e o entusiasmo com que se ia desenhando em Camões uma figura nacional. Lançada a primeira pedra em 1862, a estátua viria a ser

¹⁰ Muitos outros comentários desta natureza se poderiam aduzir. Estes são os apóstos, respectivamente, às Elegias XXIII, XXV e XXVII e à écloga XIII desta edição de 1880.

¹¹ Sobre o desenrolar das comemorações camonianas do século XIX, veja-se Borges de Macedo ((1987); por seu turno Carlos Cunha detém-se na análise das comemorações como prática discursiva identitária no cap. VII de *A Construção do Discurso da História Literária na Literatura Portuguesa do Século XIX*.

inaugurada em 1867 com solenidade, na presença de D. Luís, da corte e das principais autoridades pública¹².

Para esta iniciativa, num entusiasmo juvenil, Antero também planeou contribuir. O projecto era partilhado com o terceirense Alberto Teles de Utra Machado. Os dois jovens açorianos, então em Coimbra e bem inseridos no ambiente de tertúlia boémia e literária estudantil, movidos pela saudade das suas ilhas, da «saudosa pátria», que neles despertava a consciência orgulhosa do valor das letras açorianas, alimentam o sonho de as divulgar no continente. Para isso lançam nas páginas da *Aurora dos Açores* de 22 de setembro de 1860 um apelo aos seus conterrâneos, exortando-os a enviarem «as suas melhores poesias e prosas poéticas», e dessa forma possibilitarem a publicação de uma colectânea. Anunciam assim um livro de cerca de 300 páginas, a que dariam o título *Lírica Açoriana*, explicitando: *colecção de poesias e prosas poéticas de todas as poetisas, poetas e literatos do arquipélago dos Açores*. Aos poemas acrescentar-se-ia um prefácio que «só por si [seria] um tratado de Literatura e de poesia» (Quental, 1973, p. 55).

O plano nunca passou disso mesmo – de um plano. Mas interessa-nos sublinhar que depois da indicação, muito clara, das condições de assinatura, os dois jovens estudantes acrescentavam: «Ao Monumento a Camões é destinado o produto liquido desta publicação».

Anos volvidos, em 1880, este mesmo Antero, morando no nº 207 da Calçada de Sant'Ana em Lisboa, nas imediações da casa que tradicionalmente se aponta como tendo sido a última morada de Camões, queixa-se do insano incómodo provocado pela azáfama dos «carpinteiros fúnebres» que preparam nova homenagem ao Poeta, agora consubstanciada na celebração do Terceiro centenário da sua morte, e que com o ruído lhe impedem o descanso.

Com maior ou menor solenidade, por todo o país se celebrou o 10 de Junho. A iniciativa das comemorações deve-se sobretudo

¹² O alcance simbólico ganho pela estátua, que, em sinal de luto, foi coberta de crepes aquando do *Ultimatum*, vem também a ser explorado por Eça de Queirós no final de *O Crime do Padre Amaro*.

a Teófilo Braga, com quem na altura Antero manifestara já divergências que não se podem resumir a simples desentendimentos de natureza pessoal. Entre os nomes da comissão executiva, o de Pinheiro Chagas destoava, uma vez que nem era de esquerda, nem republicano; e a base conceptual positivista em que assentavam as comemorações não poderia deixar de desagradar a Antero, que encontrava a compreensão de Oliveira Martins.

As ruas de Lisboa encheram-se para assistir à passagem do cortejo com que na capital se atingiu o auge das festas. Seguindo um projecto idealizado por Ramalho Ortigão, no cortejo incorporaram-se, através de carros alegóricos, representantes dos diferentes sectores da vida laboral portuguesa, representando simultaneamente o povo e as suas sucessivas conquistas de liberdade. O cortejo era grandioso: não será difícil aceitar a informação de Joaquim Araújo e imaginar que Antero, apesar de não simpatizar com a iniciativa, terá assistido com emoção à sua passagem¹³,

Nesta altura, Antero isola-se perante um país e os intelectuais que festejam ruidosamente o Tricentenário (que aliás, como Oliveira Martins, crítico activo das comemorações, designará por «santanário»). Os comentários dispersos que lhes faz, tal como, nas suas epístolas, as referências sarcásticas à «procissão» e à «regressão morfológica» de Ramalho Ortigão¹⁴, que a planeou, justificam plenamente o termo «hostilidade» empregue pelo seu devotado biógrafo José Bruno Carreiro ao historiar o ano de 1880 (Carreiro, vol. II, pp. 97- 99). Isto para não falar do soneto «Ananké», um

¹³ Joaquim de Araújo 1993, p. LXV), e depois dele Bruno Carreiro (1981, II, p. 99), sugerem que teria sido esse o motivo determinante da doação da sua Livraria à Biblioteca Pública de Ponta Delgada, uma vez que o primeiro testamento foi lavrado no dia seguinte ao cortejo.

¹⁴ Nessas linhas, Antero, que escreve familiarmente a Oliveira Martins, é demolidor: «Esquecia-me dizer-lhe que aqui [em Lisboa] a grande comissão dos literatos, depois de grave meditar, resolveu celebrar o centenário com uma procissão! Isto é curioso, até no ponto de vista biológico, porque mostra o poder do atavismo. Aos netos de frades que lhes há de lembrar senão procissões? A ideia, dizem, partiu do Ramalho, que a apresentou como toda moderna e positiva. Notável caso de “regressão morfológica”! O Ramalho, cuidando ir adiante do século, reproduz simplesmente o avô, que era da Ordem dos Terceiros!» (Quental, 1989a, pp. 495-96).

soneto de circunstância que foi dos últimos inéditos a ser reencontrado entre os papéis de Oliveira Martins¹⁵, que, iniciando-se num

Camões é decantado epicamente

Quer nas tabernas quer na Academia

termina com uma referência à falta de «albardas à Camões» que impediria de sair as «procissões camonianas».

Infelizmente, as circunstâncias da própria vida de Antero não nos proporcionaram o comentário directo dos festejos: poucos dias depois, Antero partiu de Lisboa para o norte, tornando assim pragmaticamente desnecessário o comércio epistolar com os seus habituais correspondentes, fosse com aqueles com que se iria reencontrar, fosse com aqueles com quem certamente teria trocado impressões de viva voz. Através de Joaquim Araújo, que o menciona no «Ensaio de Bibliographia anteriana» publicado no *In Memoriam* de Antero, chegou notícia de um artigo, «vigoroso panfleto», que, intitulado «Centenário e centenaristas», não sobreviveu ao olhar reprovador e ao pedido de destruição feito por alguns amigos, certamente receosos dos atritos e dissabores que a sátira provocaria.

Ficou-nos, sim, um texto curto que Antero inscreveu num álbum e foi depois transcrito no *Almanach Litterario e Charadistico* de 1881. Joaquim de Araújo recordou-o e incluiu-o com o título «No Tricentenário» no número do *Círculo Camoniano* que dedica à memória do poeta açoriano, inteiramente constituído por textos anterianos de teor camoniano, logo em 1991¹⁶. É um texto curto que o bibliófilo micalenense José do Canto, incluindo-o na secção «Commemorações», cataloga como «pensamentos contra a impropriedade do Tricentenário» (Canto, 1895, p. 298, nº 3691).

Há para um grande poeta, alguma coisa mais triste do que ter «vivido miseravelmente e assim morrer», como diz elegantemente o epitáfio de Camões. É não ser compreendido nem

¹⁵ Veio a ser publicado em *Raios de Extinta Luz e Outras Poesias*, já em 1948, p. 236.

¹⁶ É o fasc. VI. A história deste texto encontra-se também no extenso «Ensaio de bibliographia anteriana» que Joaquim de Araújo organiza no *In Memoriam* (n.ºs 131 e 165).

depois de morto e justamente por aqueles que se apregoam herdeiros e intérpretes do seu pensamento. É ter erguido um monumento que o futuro deixará eternamente vazio. É ter aclamado a glória e o génio de um povo, no momento preciso em que a glória se eclipsa, em que esse génio vacila e como uma luz prestes a apagar-se, lançando um último clarão já fumoso e triste, se extingue para sempre...

Há nações para as quais a epopeia é ao mesmo tempo o epitáfio.

Transcrevemo-lo porque resume lapidarmente o pensamento que norteia outras observações e o actuar que caracterizam Antero de Quental (tema que não podemos agora desenvolver como mereceria). Compreendendo com uma nostalgia eivada de patriotismo a grandeza de uma História passada, recusa que o poeta maior, herói que «lido com olhos de filósofo» fala da decadência de uma nação perdida, seja apresentado como símbolo daquela que considera ser uma «raça alquebrada e sem direito algum a proclamar-se continuadora do grande poeta nacional». Por motivos que torna bem explícitos ao comentar a obra de Oliveira Martins já em 1872 (Quental, 1872), ou nos múltiplos momentos em que tece considerações sobre a decadência de Portugal, Antero não concorda com a exploração simbólica empreendida pelos promotores da homenagem que procura impor Camões como factor de agregação de uma população que, diz, não saberia sequer soletrar o título da epopeia (cf. Quental, 1994, p. 121). Ao mesmo tempo, a sua interpretação da História da nacionalidade portuguesa não se coaduna com o optimismo revolucionário com que vê proclamar em Camões uma pátria esperançosa e uma nação capaz de se reerguer.

Quando fala de um outro clássico, Sá de Miranda, Antero de Quental expõe a mesma ideia. Entre a época do poeta do Neiva e a que ele próprio vive, Antero encontra uma analogia fundamental que desenvolve lembrando as lágrimas referidas pelo anónimo biógrafo da edição de 1614 (muitas vezes, identificado com D. Gonçalo Coutinho) e explicando-as como manifestação do desencan-

to final do homem que acreditara no espírito do Renascimento e se apercebia do seu desmoronamento; Sá de Miranda comungava do espírito dos outros escritores europeus coevos e, na interpretação de Antero, antevia a morte da pátria. «aquele ouro do Oriente parecia-lhe já (como depois se viu que era) um caustico sobre o corpo da nação». No seu próprio tempo, e no processo de decadência que julga inevitável, o desapontamento é também resultado da desilusão: «já não é o Humanismo, como no século XVI; chama-se agora Filosofia, mas é sempre a razão».

«Clássico» é uma palavra polivalente. A ideia que Antero forma de clássico, a partir do uso do termo no seu sentido histórico-literário, expressa-se de forma muito clara no *Tesouro Poético da Infância* (1883). O livro constitui uma antologia de poemas reunidos por Antero com o propósito de proceder à educação da sensibilidade poética da infância. Um gesto bem ao gosto da época, e bem conforme com a intenção de organizar uma biblioteca popular que o animou na juventude e de que se fazem eco alguns artigos publicados na imprensa e observações na correspondência, mas a que tão pouco serão alheias a influência da actividade pedagógica de João de Deus, a observação dos livros dos filhos de Carolina e Joaquim de Vasconcelos e, de uma forma mais imediata, a adopção das suas «pupilas», as duas filhas órfãs de Germano Meireles.

O critério que levou à escolha das jóias do *Tesouro* é justificado nas páginas proemiais do próprio Antero, que, insistindo sempre em afirmar a necessidade de uma educação literária e estética, atende à necessidade de cativar o interesse do seu público. Nesse sentido, considera ser preferível que «as crianças leiam com inteligência e gosto historietas e cantigas, do que, forçadas e sem compreensão, os casos graves de D. João de Castro ou dos *Lusíadas*» (e não podemos deixar de notar que é este um argumento próximo dos invocados por António Feliciano de Castilho ao propor a exclusão do poema épico camoniano do ensino elementar).

É nessa altura que apresenta os motivos por que escolheu apenas autores temporalmente mais próximos da sua época, prete-

rindo os «clássicos», em termos que sublinham a graciosidade simples, «primitiva», dos primeiros enquanto, por oposição, acentuam a complexidade dos últimos – mas também o interesse humano e social dela decorrente. E explica, de forma a não deixar no espírito do leitor qualquer dúvida sobre a importância dos clássicos:

[excluí] completamente deste livrinho os poetas, ditos clássicos, dos séculos 16, 17 e 18. Tenho-os em muita consideração, sobretudo os Quinhentistas: mas nem pelos assuntos, que trataram, nem pelo estilo em que escreveram, podiam convir ao meu propósito. Não me propus dar às crianças (o que aliás me parece escusado) uma ideia mais ou menos exacta, por meio duma selecta, da poesia portuguesa. O meu fim é diverso e propriamente educativo. [...] Ora é para isso que os poetas clássicos não servem, precisamente por serem clássicos, isto é, pressuporem já, em quem os lê, o carácter formado e a razão desenvolvida e opulentada com larga copia de ideias e conhecimentos. Filha duma civilização muito adiantada, a poesia clássica ignora ou despreza o que é simples. Os seus assuntos são sempre nobres, ás vezes heroicos, mas nunca primitivos; o seu estilo, sempre grave, é as vezes elevado, mas nunca fácil e acessível. A poesia clássica é, por conseguinte, a verdadeira antítese do espirito infantil (Quental, 1883, pp. VIII-IX).

E também por isso, os clássicos não poderiam deixar de encontrar em Antero, espírito culto e poeta, um leitor que descortina o pulsar individual e civilizacional na complexidade própria da verdade humana, pelo que captam a sua simpatia, emocional e intelectual.

Na obra literária, Antero não valoriza sobremaneira o testemunho da época ou de uma sensibilidade historicamente situada. Distingue com nitidez o que pertence ao tempo, e com ele morre, do significado humano, perene. Vejam-se os termos em que felicita Eça (o Eça a quem benevolmente repreendia «uma certa pobreza de vocabulário» dizendo apenas «você nunca quis ler os clássicos»), quando acusa a recepção da terceira versão do *Crime do Padre Amaro*. No extenso elogio da obra, que lhe merecera reservas na versão primitiva, mas considera agora «perfeita»,

nota-se a consciência exacta que Antero tem do carácter artificial da escola literária, inimigo da universalidade. Assim, coloca o livro «acima das escolas: aquilo não é realismo, nem naturalismo, nem Balzac, nem Zola: aquilo é verdade, a natureza humana, que é o que faz as obras sólidas, não os sistemas, as escolas». Explana depois as suas razões, que o levam a afirmar lapidarmente: «o seu livro deixou de ser uma obra de tendências para ser uma obra humana» (Quental, 1989a, p. 499)

É no fundo o mesmo sentimento que o anima ao considerar que a cada período histórico corresponde uma filosofia diferente, que cada sistema tem de ser considerado como explicação ditada pelo do seu próprio tempo, e, portanto, necessariamente parcial e incompleta: «o adepto duma escola (...) faz-nos hoje muito proximamente o efeito de uma inteligência acanhada» (Quental, 1991, pp. 117-18). Antero de Quental compreende que a Poesia, a grande poesia, se filia na busca da Verdade. Herança romântica, sem dúvida, mas também resultado da minudente e tantas vezes contraditória análise da sua própria vida e actuação, que lhe permite aperceber-se da complexidade da vida dos poetas, ver que integram na vida as interrogações mais significativas e que cada verso faz parte de ideais perseguidos. A poesia clássica situa-se na sua época, e é nela que encontram significado a vida dos poetas e as convenções literárias que adopta, mas ao mesmo tempo, pode viver fora da sua sociedade e continuar a ser significativa, ser contemporânea do seu leitor.

Dessa forma, Antero, que admite apenas a existência da grande Poesia, poderá continuar a julgar, como afirmara em «O sentimento da imortalidade» que, tal como a filosofia ou a ciência, «a poesia também é verdadeira: é a evidência da alma» (Quental, 1973, pp. 246-7). Poderá, pois, julgar positivamente uma série de sonetos seus, apesar do tom que considerará excessivamente melancólico, e de deles dizer em carta endereçada a D. Carolina Michaëlis:

aquela desolação não era procurada mas muito sincera e filha dum estado de espírito de que o poeta pode ser considerado, por assim dizer, irresponsável, não se lhe podendo,

por isso, exigir senão exactidão, vigor e viveza na expressão. Depois esse estado de espírito, no meio da sua violência, representa um contínuo impulso para a verdade e para o bem, e isso deve ser levado em conta ao pobre poeta».

Com ambição, acrescenta ainda: «[neles] reconheço uma poesia superior e até direi que a indicação de uma poesia nova» (Quental, 1989b, p. 794)

É nesta procura de uma verdade sempre fugitiva, mas ao mesmo tempo verdadeira em cada estádio, que se coloca o poeta. É a verdade de um percurso que exigia e encontrava em Camões, como se a poesia pudesse resumir numa vida a busca que a filosofia ou a ciência dilatam no tempo e no número de indivíduos. Na sua própria poesia, a ode representou, como aliás o próprio Antero reconheceu, o canto triunfal do jovem que, impellido por ideais muito fortes de natureza colectiva, recupera a tradição do canto de celebração, mesclada por uma poesia de combate: «Não é certamente medíocre; há nela paixão sincera e elevação de pensamento». No entanto, ao livro, no seu conjunto, sente faltar a marca mais individual do poeta, do seu estado de espírito, defeito esse que considera inerente à própria essência da ode, ao «lirismo de cabeça» em que «se espelha o mundo»¹⁷.

A par de uma verdade social, Antero valoriza uma verdade individual que não se lhe subordina e que acaba por ser o seu alvo pessoal, liricamente perseguido. Se Guerra Junqueiro, por exemplo, no Prólogo de *A Morte de D. João* se indignava perante o poeta que, cantando a natureza na segunda metade do século XIX, se deixava invadir pelo sentimento bucólico e não pelo sentimento de progresso científico dominante na época (a verdade da época), já Antero, agradecendo a Gaspar Queirós Ribeiro o seu «encantador livrinho», não hesita em aconselhar o jovem autor nestes termos:

se a região do idílio é aquela que naturalmente lhe apraz, porque a há-de abandonar? Na Vida, o sistema e o propósito valem mais que tudo; mas na Arte é só a espontaneidade, a vocação e o natural pendor que devemos seguir.

¹⁷ Joaquim de Araújo percebeu bem a importância destas palavras do Prólogo à edição de 1861 dos *Sonetos*, que vem a reproduzir no *Círculo Camoniano* (vol. II, pp. 147-5).

Mesmo se não podemos esquecer a influência de João de Deus, foi com os clássicos, e nomeadamente com Camões, que Antero descobriu o soneto. E, com a consciência reflexiva com que analisa a sua própria obra, di-lo numa carta, importante na compreensão do seu universo, dirigida a D. Carolina: «Levou-me para o soneto uma predilecção impensada e singular (pois quando comecei, ninguém entre nós os fazia já, sepultados como estavam como todas as outras formas clássicas debaixo da reprovação dos românticos) e talvez a influência do nosso Camões – os primeiros que conheci e tive em conta de um evangelho do sentimento» (Quental, 1989b, p. 748).

A mesma compreensão da mudança de gosto literário, a que acresce a consciência da complexidade dos seus sonetos, vê-se em 1880 quando Joaquim de Araújo se propõe imprimir e distribuir um livrinho com 28 sonetos de Antero aos assinantes da *Renascença*. Antero desaconselha a empresa com a bonomia que costuma utilizar com o seu dedicado amigo:

V. é ainda muito criança e muito literato, e na candura destes dois caracteres, imagina que o público [isto é, os assinantes da *Renascença*] se importa com sonetos e que vai devorar a edição dum folheto de versos que ele não compreende. É uma ilusão. O folheto ficará sem venda, e V. perderá o seu dinheiro, coisa que eu não posso consentir (Quental, 1989a, p. 526).

Já Oliveira Martins sublinhara o carácter extemporâneo do soneto no Prefácio com que apresenta a edição dos *Sonetos*, e, procurando justificar a predilecção do autor, retrata-o «anacronicamente perdido no meio do borbórinho de um século activo até à demência».

O soneto renascentista importado e marcado pelo magistério de Petrarca, enquanto técnica, representou na literatura portuguesa de quinhentos a afirmação plena da racionalidade e do domínio da língua que se dobrava à expressão emotiva de um homem animado por um espírito e ideais que não cabiam já nas composições da tradicional medida peninsular, pelo que, numa época de afirmação (de defesa e ilustração) das línguas e das lite-

raturas vernáculas face à latina e as suas congéneres, tinha o sabor do triunfo individual sobre o próprio tempo.

Mas agora, em pleno século XIX, quando a expansão lírica se quer livre e a excepcionalidade de cada indivíduo se afirma, em primeiro lugar, pela ausência de constricções, adoptar o soneto representa sobretudo dar sentido à regra, considerar significativa, estética e intelectualmente, a norma poética e nela descobrir novas possibilidades. Não se pense, no entanto, que Antero aceite acriticamente a autoridade do modelo clássico. Já em 1874, manifestando a sua admiração pela lírica de Camões, nota no soneto camoniano, como no de António Ferreira aliás, uma excessiva «preocupação literária» traduzida numa imitação da escola italiana demasiadamente próxima; exequando um «certo número de sonetos», não é essa a composição a que dá preferência nas *Rimas*, pois, diz, «acho-o mais livre, mais senhor de si, mais Camões, numa palavra, nas outras obras líricas – verdadeiro monumento, e um dos raros monumentos, do génio português, e que ainda não teve quem o apreciasse» (Quental, 1989a, p. 244).

Como nota com sensibilidade Gustavo de Fraga, «a linguagem de Antero de Quental não é só filosófica e literária, é também muito pessoal em virtude do acordo que o autor pretende manter consigo próprio» (Fraga, 1993, p. 165). A poesia deve expressar o autor, permitindo ao leitor formar a identidade do sujeito que se expõe, individualizando-o e traçando-lhe um itinerário, moral e psicológico. A veia poética de Antero exigia-lhe uma expressão simples, forte, intensa – e utilizo precisamente os três adjectivos que lhe permitirão caracterizar um estilo «clássico», ao elogiar o livro *Vae Victoribus* de Manuel Duarte de Almeida (Quental, 1989b, p. 985). As regras poéticas do soneto, a sua própria estrutura bipartida, a tradição lógica que organiza o encaminhamento da exposição, convêm-lhe; e em Camões terá talvez notado o efeito provocado pela súbita reviravolta trazido por um terceto inesperado, tão frequente em ambos os poetas e possível apenas numa composição concisa, que à brevidade alie uma tensão dramática muito forte (Giordano, 1999).

Antero compreende bem o significado das formas e da sua escolha, percebe que a expressão não existe independentemente da estrutura das composições. E por isso, entre Julho e Agosto de 1876 (data presumida por Ana Maria Martins), quando envia um soneto a João Lobo de Moura lamenta-se: «Tenho deveras pena de se me ir tornando já tão escassa esta bela faculdade poética e de não tomarem já naturalmente os meus sentimentos a forma do soneto, porque reconheço que de tudo quanto tenho escrito é onde tenho posto mais verdade, digo verdade pessoal, expressão exacta do meu íntimo sentir» (Quental, 1989a, p. 352). Em carta a Alberto Sampaio, que Ana Maria Martins data fundamentadamente de fins de 1880, dá conta da desadequação que sente: «penso que não farei mais sonetos. Para o que quero fazer agora, é um molde estreito, por isso o vou espontaneamente abandonando» (Quental, 1989a, p. 541)

Por outro lado, em diversas ocasiões em que declina convites e pedidos de colaboração poética, Antero alega que a veia poética o ia abandonando (a mais notória, será a recusa em participar no livro dedicado a Teófilo, mas são várias as ocasiões em que se escusa). No entanto, talvez fosse mais preciso se declarasse, consciente de ser o soneto «a forma mais completa do lirismo puro», que era outra a sua disposição anímica e que se recusava a uma poesia que, podendo embora ser expressiva, se limitasse à análise casuística do desânimo, ou ao desafogo de que, julgava, o leitor nada tiraria de proveitoso.

No quadro da história literária, Antero tem consciência de sua originalidade, e sublinha-a. Se à sua primeira colectânea *Odes* após o adjectivo *modernas*, percebeu que os *Sonetos* se constituem «num género novo, por mais de um lado sem precedentes na literatura portuguesa, e até peninsular», como disse a um dos correspondentes de quem mais afinidades o aproximavam, Alberto Sampaio (Quental, 1989b, p. 716). Quando recorre a processos de composição que aprendeu na poesia quinhentista, sabe que os integra num sistema de significação original, a que corresponde

uma organização do pensamento e expressão diferente da clássica. Compreende também o significado individual que toma a busca poética da verdade e escolhe um caminho diferente daquele que é trilhado pelos seus contemporâneos.

A propósito dos sonetos de João de Deus, Antero escreveu ainda nos seus tempos de Coimbra: «Camões não cortou as asas à inspiração dos séculos futuros, dando-lhes por limites o horizonte, embora largo, que abrangia com vista de águia» (Quental, 1973, p. 86). Crítico desperto dos poetas do seu próprio tempo e da época clássica, lendo uns e outros com a independência de quem vê nas escolas uma “máquina de estragar talentos” e procura na poesia a verdade humana e pessoal, Antero compreende, que faz parte do caminhar da história literária abraçar o desafio que cada autor lança aos seus sucessores, independentemente do seu tempo. E esse desafio, Antero aceitou-o com a naturalidade que lhe dava ser um grande poeta, e seguro de o ser.

Referências bibliográficas

- Araújo, Joaquim (dir.), *Círculo Camoniano*, vol. II, fasc. IV (1991).
- Barata, Paulo J. S. (2005), As bibliotecas no liberalismo: definição de uma política cultural de regime. *Análise Social*, vol. XL (174), pp. 37-63.
- Canto, José (1895), *Colecção Camoneana. Tentativa de um catalogo methodico e remissivo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895 (há ed. fac-similada: Lisboa, Imprensa Nacional, 1972).
- Carreiro, José Bruno (1981), *Antero de Quental. Subsídios para a sua biografia*, 2ª ed., Braga, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2 vols.
- Cunha, Carlos (2002), *A construção do Discurso da História Literária na Literatura Portuguesa do Século XIX*. Braga: Universidade do Minho.
- Fraga, Gustavo (1977) *Fidelidade e Alienação*, Ponta Delgada, Instituto Universitário dos Açores
- Fraga, Gustavo (1979), *Reflexão sobre Antero*, sep. da revista *Arquipélago*, nº1, pp. 9-41.
- Fraga, Gustavo (1991), “Prólogo” in Gustavo de Fraga e Francisco Silveira (orgs.), *Catálogo da Livraria de Antero de Quental*, Ponta Delgada, Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada, pp. 13-24.
- Fraga, Gustavo (1993), «A síntese impossível», sep. de *Pensar a Cultura Portuguesa. Homenagem ao Prof. Doutor Francisco José da Gama Caeiro*, Lisboa, Edições Colibri / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp. 151-165.

- Giordano, Alberto, (1991) “Constante arquitectónicas y dominantes métricas en el corpus de los Sonetos de Antero (una aproximación empírica), in *Congresso Anteriano Internacional. Actas*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, pp. 267-320.
- In *Memoriam de Anthero de Quental*, (1896), Porto, Typographia Occidental (há ed. fac-similada com prefácio de Ana Maria Martins, Lisboa, Editorial Presença / Casa dos Açores, 1993).
- Macedo, Jorge Borges de (1987), “Camões em Portugal no século XIX”, *Actas da III Reunião Internacional de Camonistas*, Coimbra, Universidade de Coimbra, pp. 139-180.
- Martins, J. P. de Oliveira (1872), *Os Lusíadas: ensaio sobre Camões e a sua obra, em relação á sociedade portugueza, e ao movimento de Renascença*, Porto, Imprensa Portugeza.
- Martins, J. P. de Oliveira (1986), *Camões, Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, Lisboa, Guimarães Editores [1891].
- Quental, Antero de (1872), *Considerações sobre a Philosophia da Historia Litteraria Portugueza (a propósito de alguns livros recentes)*, Porto, Char-dron.
- Quental, Antero de (1948), *Raios de Extinta Luz e Outras Poesias* com um pré-fácio de António Salgado Júnior e notas de José Bruno Carreiro, Lisboa, Couto Martins.
- Quental, Antero de (1973) *Prosas da Época de Coimbra*, edição crítica organizada por António Salgado Júnior, Lisboa, Sá da Costa.
- Quental, Antero de (1989a), *Cartas I. 1852-1881*, organização, introdução e notas de Ana Maria Almeida Martins, Lisboa, Universidade dos Açores / Editorial Comunicação (vol. VI das Obras Completas)
- Quental, Antero de (1989b), *Cartas II. 1881-1891*, organização, introdução e notas de Ana Maria Almeida Martins, Lisboa, Universidade dos Açores/ Editorial Comunicação (vol. VI das Obras Completas).
- Quental, Antero de (1991), *Tendências Gerais da Filosofia na Segunda Metade do Século XIX*, in *Filosofia*, organização, introdução e notas de Joel Serrão, Ponta Delgada, Universidade dos Açores (vol. IV das Obras Completas) [1890].
- Quental, Antero de (1994), *Política*, organização, introdução e notas de Joel Serrão, Ponta Delgada, Universidade dos Açores (vol. IV das Obras Completas).